

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se parágrafo único ao art. 14 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 14.

Parágrafo único. As informações divulgadas na forma do caput deverão conter, no mínimo:

- I – nome e número de inscrição no CNPJ do fornecedor contratado;
- II – produto adquirido, respectiva quantidade e preço unitário;
- III – justificativa do enquadramento legal como exportador afetado;
- IV – número do processo administrativo e data da contratação;
- V – identificação da política pública ou programa a que se destina a aquisição.”

JUSTIFICAÇÃO

Embora o art. 14 da Medida Provisória imponha um dever genérico de publicidade, não estabelece qualquer padrão mínimo de conteúdo, o que compromete a efetividade da transparência e dificulta o controle social e institucional.

Esta emenda define um conjunto de informações mínimas obrigatórias, a serem publicadas de forma acessível, permitindo à sociedade civil, órgãos de controle e imprensa acompanhar e fiscalizar as contratações emergenciais realizadas com dispensa de licitação.



Com isso, busca-se coibir fraudes, direcionamento e uso indevido dos recursos públicos, além de fortalecer os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)

